

«Diálogos na história. Consolidação da democracia laboral em Portugal»

Biblioteca da Casa Pia

Em primeiro lugar queria agradecer, à Dra. Mafalda Troncho, Directora do Escritório de Lisboa da OIT, o amável convite que dirigiu à UGT para estar aqui, hoje. Quero igualmente saudar todos os presentes especialmente os meus colegas de painel e, agradecer aos investigadores Dr. António Casimiro Ferreira e Dra. Cristina Rodrigues nos obrigaram a pensar sobre o papel da OIT na construção da democracia laboral em Portugal.

Esta nossa conversa, de hoje, integra-se nas comemorações do 25 de Abril ora, o 25 de Abril é um sonho de democracia, de justiça social, de liberdade que se tem concretizado nos últimos 50 anos.

Os valores democráticos estão presentes na Constituição da OIT, por isso, não é de estranhar que os períodos de maior proximidade entre a OIT e Portugal coincidam como os momentos em que a Democracia prevalece no nosso país. Durante a ditadura o afastamento só é moderado pelo interesse do regime em quebrar o isolamento internacional a que estávamos votados. A Dra. Cristina Rodrigues, neste seu artigo explica isso muito bem.

A relação entre a OIT e os regimes totalitários continua a ser hoje, como ontem, uma relação de desconforto. Os propósitos democráticos e pluralistas, a que os Estados Membros se comprometem na hora de aderir à OIT e de ratificar os seus instrumentos normativos, chocam com a realidade de regimes totalitários que, fazem tábua rasa do respeito pelos Direitos Humanos incluindo, os direitos laborais.

O respeito pelos direitos humanos e pela liberdade Sindical é fundamental à luz da Constituição da OIT. Não existe um movimento sindical livre e independente, sem respeito pelos direitos fundamentais. Por isso, quero sublinhar o papel dos peritos e do Comité de Liberdade Sindical, bem como da, Comissão de Aplicação de Normas que, ano após ano, apreciam as queixas e os casos que lhes são submetidas e se esforçam para encontrar caminhos para a implementação das normas da OIT nomeadamente, através de apoio técnico e material. Obviamente, que sem a vontade política o apoio técnico e material não é suficiente.

Hoje, 24 de abril de 2024, não posso deixar de lembrar aqui, todos os sindicalistas perseguidos, encarcerados, assassinados em todo o mundo, mesmo, na Europa onde o caso da Bielorrússia é tão grave que levou, no ano passado, à medida excepcional de aplicação do art. 33 da Constituição da OIT e com consequentes sanções. Com efeito, os sindicatos livres e independentes bielorrussos foram perseguidos até ao ponto de extinção, os seus dirigentes sindicais encontram-se agora no exílio ou, estão presos em condições inumanas, como é o caso, do meu colega eleito para o Conselho de Administração da OIT, Alexander Yaraschuk e de dezenas de outros sindicalistas.

Em contraste flagrante, o 25 de Abril trouxe-nos, em 1974, a Democracia, a luta pela igualdade contra todas as discriminações, pela Justiça Social, e a Liberdade sindical – esta foi última das conquistas de Abril pois, tal como disse de Sottomayor Cardia, “só após alguns anos pôde afirmar-se um efectivo pluralismo sindical” no nosso país.

O 25 de Abril tornou possível a ratificação de um conjunto estruturante de convenções de que destaco a C87 (liberdade associação) que está na base do direito à greve, C131 (fixação do salário mínimo) C144 (consultas tripartidas), destaco ainda C190 (assédio e violência no local trabalho) que foi ratificada há poucos dias... a regulação com base nos normativos da OIT teve um enorme impacto transformativo na vida de todos os portugueses de tal forma que por vezes esquecemos/desvalorizamos os resultados obtidos, por exemplo:

A eliminação do trabalho infantil, em Portugal, foi uma conquista, uma conquista dos sindicatos, uma conquista das confederações patronais, uma conquista da sociedade. Uma conquista que a OIT é forçada a manter no topo da sua agenda porque, ainda hoje, em muitas partes do mundo, inclusive às portas da Europa, o Trabalho Infantil é uma triste realidade.

Por outro lado, a experiência da OIT transportou para a Europa e para Portugal o valor do diálogo social bipartido e tripartido como meio de encontrar as melhores soluções negociadas. O tripartismo, tal como o concebe a OIT, implica o respeito pelo outro, a vontade de diálogo e a aceitação de princípios de mudança, a par de capacidade técnica factor relevante em todas as fases do processo desde a concepção, até à implementação e monitorização.

Em Portugal todos os Acordos de Concertação Social (Emprego, Salários, Formação, Segurança Social..) alcançados representaram um passo na direção certa, na direção do trabalho digno, de tal forma que se transformaram em pontos de referência até para os seus críticos.

Esse é o real valor do diálogo social, um valor que reforça a participação de todos desde o seu local de trabalho, porque a democracia começa verdadeiramente nos locais de trabalho, até à adoção de políticas macroeconómicas.

A OIT enfrenta um grande desafio interno: a sua capacidade para se democratizar preservando a sua essência tripartida, os delicados equilíbrios que constituem a base da sua organização e a ambição de ser capaz de responder aos desafios de um mundo do trabalho em permanente evolução.

Democratizar passa pela participação de mais intervenientes. Vendo o exemplo português, nestes 100 Anos Portugal nunca foi membro titular do Conselho de Administração. Nestes 100 anos os Empregadores portugueses nunca estiveram representados no Conselho de Administração. De facto, tive a honra de ser a primeira portuguesa eleita, pelo Grupo de Trabalhadores, como Membro Adjunto do CA. Por aqui se depreende que o CA da OIT continua a ser um clube restrito ora, nestes tempos de radicalismos e guerras a emergência de novas potências industriais no eixo Indo-Pacífico assistimos a uma cavalgada por uma “democratização” da OIT que no fundo esconde a vontade de alguns EM, cujos pergaminhos em matéria de diálogo social, democracia, respeito por direitos humanos estão longe de se aproximar do desejável, mas que querem protagonizar uma “nova ordem mundial”, o perigo é que o enfraquecimento das democracias face a regimes totalitários possa gerar a necessidade de equilíbrios que constituam retrocessos em termos de propostas para a sociedade o que no limite poderá dificultar a obtenção de consensos e bloquear o funcionamento da organização.

Na agenda da OIT para os próximos anos estão velhos e novos desafios:

1. Em Junho próximo, a Conferência Internacional do Trabalho que promoverá a primeira discussão sobre os riscos biológicos, uma discussão que decorre do reconhecimento da SST como direito fundamental. Nada é mais fundamental para um trabalhador do que a vida. Infelizmente, ainda estamos longe dos 0 acidentes, ainda estamos longe de prevenir os riscos inerentes ao trabalho, mas não podemos resignar-nos. A cultura da SST necessita de ser

promovida os Empregadores e os Trabalhadores têm responsabilidades nesta área. A investigação, a informação, a formação, desempenham um papel crucial na criação de um ambiente de trabalho seguro. Estamos todos empenhados em que destas discussões nasça um instrumento capaz de enquadrar os riscos e criar condições para o ambiente de trabalho mais seguro e saudável.

2. Para o próximo ano, anuncia-se uma discussão sobre a Economia de Plataforma ora, tendo em conta os benefícios e os riscos disruptivos que esta economia comporta em termos de agravamento das desigualdades, desregulação dos direitos dos trabalhadores, redistribuição da fiscalidade, novos riscos psicossociais, esta é uma discussão que se impõe.

A Economia de Plataforma veio mudar a industrialização tal como a conhecíamos. A externalização de tarefas acentua desigualdades entre regiões do mundo, entre empresas, entre trabalhadores. As conclusões deste debate pela sua amplitude ou, pelos seus limites terão um impacto global que se fará sentir nos próximos anos. Acreditamos que da análise desta complexa realidade e, do diálogo entre os diversos intervenientes, seja possível criar um instrumento regulador capaz de se adaptar às novas necessidades.

3. Outra das questões na agenda da OIT é o Plano de Ação para a Igualdade de Géneros. Em Portugal, diria que estamos muito perto e muito longe da desejada igualdade. Do ponto de vista, formal e normativo estamos entre os países onde as mulheres são menos discriminadas no local de trabalho, mas na prática ainda estamos longe da igualdade quer do ponto de vista do acesso aos lugares de decisão, quer do ponto de vista dos salários. Ao nível global o cenário é incomparavelmente mais sombrio metade da humanidade continua a ser discriminada nos países islâmicos, em África, nas Américas, na Ásia...por isso, a igualdade de género continuará na agenda da OIT.

4. Finalmente, uma palavra para a menina dos olhos do DG da OIT, a Coligação Global para a Justiça Social. Vivemos num mundo globalizado, onde o fosso entre ricos e pobres não pára de crescer quer se meça entre indivíduos, entre países, entre regiões, entre hemisférios... ora, há que implementar à escala global os objectivos do desenvolvimento sustentável, reduzindo desigualdades, melhorando de forma significativa o acesso aos cuidados de saúde, à educação, promovendo o trabalho digno.

A Coligação Global pelo Justiça Social é assim, uma ambição tipicamente OIT, uma organização criada no rescaldo da 1ªGM que desde os seus primórdios deu a maior importância ao diálogo na resolução de conflitos e à distribuição de riqueza como forma de evitar guerras e outros conflitos.

Em conclusão: vivemos num mundo global, a cultura do diálogo tripartido coloca a OIT numa posição privilegiada para continuar a dar forma ao Mundo do Trabalho contribuindo para uma sociedade mais justa. Estou certa de que com o empenho de todos, a OIT poderá ter um papel decisivo evitando que o progresso tecnológico conduza a retrocessos sociais.

Catarina Tavares

Secretária-geral Adjunta da UGT

24 de Abril de 2024